

Via Verde

Marca	Modelo	Aprovação DGV
Q-Free	—	7-12-1992
ALPR		25-10-2006

16 de Março de 2007. — O Director-Geral, *Rogério Pinheiro*.

Despacho n.º 12 595/2007**Reconhecimento de títulos de condução da República de Angola**

Tendo presente que a legislação rodoviária em vigor na República de Angola reconhece a carta de condução portuguesa para conduzir naquele Estado, o que preenche o requisito constante da alínea e) do n.º 1 do artigo 125.º do Código da Estrada;

Tendo ainda em conta os termos do n.º 3 do Memorando de Entendimento entre os Governos da República Portuguesa e da República Angolana, sobre o reconhecimento mútuo de títulos de condução, assinado em Lisboa, em 19 de Março de 2007, determino que os títulos de condução emitidos pela República de Angola, que se apresentem dentro do seu prazo de validade, habilitam à condução de veículos automóveis em território nacional, ao abrigo da alínea e) do n.º 1 do artigo 125.º do Código da Estrada, pelo prazo máximo de 185 dias seguidos.

O presente despacho entra em vigor imediatamente após a sua assinatura.

19 de Março de 2007. — O Director-Geral, *Rogério Pinheiro*.

Rectificação n.º 856/2007

Em virtude do despacho n.º 2844/2007 ter sido publicado com inexactidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 40, de 26 de Fevereiro 2007, rectifica-se que onde se lê «Por despacho do Secretário de Estado da Administração Interna de 15 de Novembro de 2005» deve ler-se «Por despacho do Secretário de Estado da Administração Interna de 15 de Novembro de 2006», e onde se lê «assistente administrativa» deve ler-se «assistente administrativa principal da carreira de assistente administrativa». (Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

28 de Fevereiro de 2007. — O Director-Geral, *Rogério Pinheiro*.

Inspecção-Geral da Administração Interna**Despacho (extracto) n.º 12 596/2007**

Por despacho do subinspector-geral da Administração Interna de 4 de Maio de 2007, em substituição do inspector-geral, foi Cláudia Domingues Machado nomeada, precedendo concurso, auxiliar administrativa, da carreira de pessoal auxiliar, do quadro de pessoal da Inspecção-Geral da Administração Interna, nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 41.º do Decreto-Lei n.º 204/89, e conforme o disposto no n.º 3 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro.

A nomeação é provisória, por um período probatório de um ano, conforme o estabelecido nos n.ºs 1 e 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro. (Isento de visto do Tribunal de Contas.)

10 de Maio de 2007. — O Subinspector-Geral, *José Vicente Gomes de Almeida*.

Serviço de Estrangeiros e Fronteiras**Aviso n.º 11 191/2007**

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 15 de Janeiro de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Maria Manuela Ginga Pereira, natural de Uíge, República de Angola, de nacionalidade angolana, nascida em 8 de Março de 1981, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

25 de Maio de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 11 192/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 7 de Novembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Maria José da Veiga Ribeiro, natural de Campo Grande, República Portuguesa, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida em 19 de Outubro de 1981, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

28 de Maio de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 11 193/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 13 de Setembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Aquiles Said Aly de Pina, natural de Bissau, República da Guiné-Bissau, de nacionalidade guineense, nascido em 28 de Fevereiro de 1972, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

29 de Maio de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Aviso n.º 11 194/2007

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 13 de Setembro de 2006, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Delsa Maria Zampieri Giroto, natural de São Marcos, República Federativa do Brasil, de nacionalidade brasileira, nascida em 16 de Outubro de 1965, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelos Decretos-Leis n.ºs 253/94, de 20 de Outubro, e 37/97, de 31 de Janeiro.

29 de Maio de 2007. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal*.

Despacho n.º 12 597/2007

I — Ao abrigo do disposto nos artigos 35.º a 37.º do Código do Procedimento Administrativo, no âmbito das competências próprias previstas no n.º 2 do artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 252/2000, de 16 de Outubro, e das que me foram delegadas e subdelegadas pelo despacho n.º 12 227/2006 (2.ª série), de 12 de Junho, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 113, de 12 de Junho de 2006, pelo despacho n.º 2443/2006 (2.ª série), de 31 de Janeiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 22, de 31 de Janeiro de 2006 e pelo despacho n.º 25 625/2005 (2.ª série), de 14 de Dezembro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 238, de 14 de Dezembro de 2005, delego e subdelego no chefe da Delegação Regional de Aveiro, da Direcção Regional do Centro, inspector-adjunto principal Luís Fernando Almeida Leal, com faculdade de subdelegação, os poderes necessários à prática dos seguintes actos:

1) Assegurar a representação do SEF na área de jurisdição da respectiva Delegação Regional em actos e cerimónias, quando para isso for mandatado pelo director regional;

2) Chefiar e gerir, de acordo com os objectivos estabelecidos, a actuação das áreas operacional e documental da Delegação Regional de Aveiro, incluindo o Posto de Atendimento do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras da Loja do Cidadão de Aveiro e dos Postos de Fronteira Marítima de Aveiro e da Figueira da Foz;

3) Chefiar e coordenar, de acordo com os objectivos estabelecidos, a fiscalização relativa às áreas geográficas de Aveiro, Figueira da Foz, Espinho, Cantanhede e Mira;

4) Decidir sobre a notificação para abandono voluntário de território nacional, nos termos do artigo 100.º do Decreto-Lei n.º 244/98,